

POVO LIVRE

GOVERNO **DESISTIU** DOS AGRICULTORES

Durante uma visita à 59.ª Feira Nacional de Agricultura - 69.ª Feira do Ribatejo, em Santarém, na segunda-feira, Luís Montenegro disse que a “teimosia” de António Costa, ao não querer alterar “os enquadramentos” das políticas para o setor, está a deixar os agricultores “com mais dificuldades”

8 PSD

Ou o Primeiro-Ministro demite João Galamba ou demite-se do país

“Não pode haver duas verdades: ou o Primeiro-Ministro mentiu ou o ministro João Galamba mentiu”, afirmou Hugo Soares, Secretário-geral do PSD, na sede nacional, em Lisboa

17 LOCAIS

Executivo municipal de Castelo Branco é ineficaz na atração de investimento

O PSD de Castelo Branco acusa o Presidente da Câmara Municipal de “inoperância e incapacidade” na captação de investimento privado na área da saúde para a capital de distrito

18 REGIONAIS

Graciosa está a recuperar dos atrasos estruturais

O Grupo Parlamentar do PSD dos Açores enalteceu, dia 6, a forma como a ilha Graciosa “está a recuperar dos atrasos estruturais deixados pelos socialistas” durante mais de duas décadas

Aforro, mas não muito

Num país em que os níveis de poupança são (cronicamente) baixos, o Governo decidiu dificultar a vida aos pequenos aforradores e aliviou a pressão sobre a banca.



EMÍLIA SANTOS
Diretora do Povo Livre

Desde as primeiras semanas deste ano que era notória a corrida aos Certificados de Aforro. As razões eram óbvias e ninguém as estranhava, desde logo, perante o diferencial significativo em relação às remunerações da poupança proporcionadas pela banca.

A propósito, a 1 de março, escrevi, nestas páginas, que os bancos não aumentavam os juros das poupanças porque o contexto lhes era extremamente favorável, tendo em consideração o aumento das taxas Euribor para os empréstimos. Qualquer mudança do cenário poderia passar por uma eventual reação do mercado bancário, de forma a tornar a sua oferta financeira mais atrativa e competitiva, ou por uma ação regulatória por parte do Governo.

Nada disso, entretanto, se passou: o investimento em Certificados de Aforro foi aumentando, a banca manteve-se impávida e serena e o Governo ausente. Até ao momento em que João Moreira Rato, presidente do Banco CTT, apelou ao Governo que se interrompesse a emissão de Certificados de Aforro – e o Governo, diligentemente, socorrendo-se de uma preocupação quanto ao impacto na dívida pública, anuiu ao pedido, terminando com a Série E dos Certificados de Aforro e substituindo-os por uma série que, sendo menos rentável, é, reconheça-se, superior à proporcionada pelos bancos.

Ora, tendo o argumento em relação à dívida pública já sido secundarizado por vários economistas, torna-se clara e óbvia que, tal como os especialistas afirmaram, aquela medida visa sobretudo proteger o sistema bancário, libertando-o da pressão de aumentarem a remuneração das poupanças. A possibilidade de a nova série de Certificados de Aforro poder ser comercializada em qualquer instituição bancária, que para tal demonstre interesse, pouco acrescenta para lá da facilidade de acesso para aquisição.

É incontestável que um dos problemas da economia portuguesa é, desde há muito, o baixo nível de poupanças, que atualmente, ronda os escassos 6%. O que, na verdade, não surpreende, tantas são as dificuldades financeiras enfrentadas pela maioria dos portugueses, que, todos os meses, têm de fazer exercícios criativos para esticar ao máximo os seus salários.

O fenómeno suscitado com a finita série de Certificados de Aforro deveria ter merecido, portanto, outra abordagem por parte do Governo, uma que não penalizasse os pequenos aforradores e colocasse, isso sim, pressão na banca para que esta cumprisse a mais elementar regra de mercado: ser competitiva e concorrencial. A responsabilidade social que é inerente à sua atividade também não é razão despicienda. Afinal, não foi assim há tanto tempo que todos nós fomos chamados a contribuir para a preservação do nosso sistema bancário.

LUÍS MONTENEGRO EM MONDIM DE BASTO

OS IMPOSTOS SÓ NÃO BAIXAM PORQUE ANTÓNIO COSTA NÃO QUER





Luís Montenegro desafia o Primeiro-Ministro a baixar os impostos em Portugal. “O dr. António Costa está a ficar com o dinheiro das pessoas, das instituições, das famílias e das empresas. (...) O Governo do PS só não desce os impostos em Portugal se não quiser, é pura vontade política”, afirmou.

No jantar de homenagem a Bruno Ferreira, Presidente da Câmara Municipal de Mondim de Basto, na sexta-feira, 2 de junho, o líder do PSD centrou-se na crítica ao Governo, que está a “asfixiar” as famílias, as empresas e as instituições com tributos diretos e indiretos. Só nos primeiros quatro meses do ano, entre janeiro e abril, foram cobrados, “comparativamente com aquilo que se fez no ano passado, mais 2.509 milhões de euros em termos de receita fiscal”.

Luís Montenegro considera que “as contas dos primeiros quatro meses do ano abrem a possibilidade de baixar os impostos em Portugal”.

“O Estado já cobrou, de janeiro a abril, aquilo que queria cobrar a mais até dezembro, o que também quer dizer, portanto, que de maio até dezembro tudo o que for cobrado a mais é para os bolsos do Estado”, salientou, aproveitando para desafiar o Primeiro-Ministro a “não fazer sofrer as pessoas”.

Para o Presidente do PSD, “há condições para nós pagarmos menos impostos, há condições para o Go-

verno implementar a nossa proposta que os jovens até aos 35 anos paguem no máximo 15% de IRS, há condições para que as pessoas que têm menos rendimentos e para que a classe média, até ao sexto escalão do IRS, possam pagar menos IRS já. Isso não põe em causa as contas públicas”, frisou.

Por outro lado, “só de IRS, o aumento da receita fiscal nestes quatro meses foi superior a 10%, o mesmo aconteceu com o IVA, e o IRC foi superior a 30% daquilo que foi cobrado no ano passado”.

“Em Portugal os impostos só não descem, porque o PS não quer. Isso não dá futuro nenhum a Portugal”, concluiu.





TEIMOSIA DE ANTÓNIO COSTA PREJUDICA OS AGRICULTORES

Luís Montenegro acusa o Primeiro-Ministro de teimosia ao persistir numa lógica de “poder absoluto”, não dando resposta aos problemas reais do país, como acontece com o setor agrícola.

“Eu, hoje, quero dizer ao Governo: preencha o vazio em que se encontra a política de agricultura em Portugal. (...) O Primeiro-Ministro deve acordar para este tema, o Primeiro-Ministro tem de dizer qualquer coisa”, apelou.

Durante uma visita à 59.ª Feira Nacional de Agricultura - 69.ª Feira do Ribatejo, em Santa-rém, na segunda-feira, 5 de junho, Luís Montenegro sublinhou que os agricultores perderam “a confiança, a paciência, no Ministério da Agricultura”.

Para o Presidente do PSD, a “teimosia” de António Costa, ao não querer alterar “os enquadramentos” das políticas para o setor, “tem um preço”, já que está a deixar os agricultores “com mais dificuldades”.

Luís Montenegro referiu-se aos atrasos nas candidaturas no acesso dos agricultores a financiamento, dando o exemplo dos Açores, onde não chegou o plano de ajudas para mitigar o aumento dos custos de produção.

“Há efetivamente uma política agrícola em falha no Governo, há um vazio dentro do Governo na área da Agricultura que cumpre, de uma vez por todas, preencher, porque estamos a falar de muitas pessoas, do aproveitamento dos recursos naturais, de ocupar o território, de ser mais autossuficientes do ponto de vista alimentar, de haver uma conciliação entre a agricultura, a floresta, a preservação do meio ambiente e da biodiversidade”, assinalou.





Há um vazio dentro do Governo na área da agricultura



PRESIDENTE



OU O PRIMEIRO-MINISTRO DEMITE JOÃO GALAMBA OU DEMITE-SE DO PAÍS



“Não pode haver duas verdades: ou o Primeiro-Ministro mentiu ou o ministro João Galamba mentiu”, afirmou na quinta-feira, Hugo Soares, Secretário-geral do PSD, em reação às respostas dadas pelo Primeiro-Ministro às 15 perguntas enviadas pelo PSD sobre a ação do SIS na recuperação de um computador do Ministério das Infraestruturas.

Na sede nacional do PSD, Hugo Soares referiu também que o Primei-

ro-Ministro desmentiu o ministro João Galamba, “contrariando o que este disse na Comissão Parlamentar de Inquérito e aos portugueses”.

“O Primeiro-Ministro acusou o ministro João Galamba de ter permitido que um membro do seu gabinete tivesse acesso a matéria classificada sem estar credenciado para esse efeito”, acusou o social-democrata, destacando que “António Costa passou um atestado de incompe-

tência ao Ministro João Galamba”.

Para Hugo Soares, este Governo “está enredado num conjunto de mentiras, desmentidos e jogos de palavras que abalam o prestígio das instituições”.

Face às respostas hoje dadas por António Costa, das duas uma: “ou Primeiro-Ministro demite imediatamente o ministro João Galamba a quem imputou ter mentido ao parlamento e ao país, ter sido incompetente e negligente para preservar documentos classificados” ou, podemos concluir, que António Costa demitiu-se do país, “porque permitiu tudo sem retirar responsabilidades políticas”.

António Costa desistiu dos portugueses

“Contem com um PSD capaz de mostrar aos portugueses a nossa alternativa política”, garantiu no sábado Hugo Soares, em Loulé.

Na verdade, “o Governo do Dr. António Costa acabou, ele pode continuar a ser primeiro-ministro, mas primeiro-ministro é aquele que usa o exercício das funções para melhorar a vida dos portugueses, e disso ele já desistiu”, acusou o Secretário-geral do PSD.

Num jantar com militantes e apoiantes do PSD, Hugo Soares afirmou que os portugueses podem contar com as propostas social-democratas “na saúde, na educação, na habitação, na fiscalidade, na economia, como temos vindo a fazer.”

Hugo Soares deixou ainda a garantia de que “se o Governo falhar, se o Presidente da República entender que este Governo não tem condições pra prosseguir, nós estamos preparados, temos as pessoas, temos as ideias, temos as propostas para dar a Portugal um Governo de verdade, de futuro, a olhar para as pessoas”.



CERTIFICADOS DE AFORRO

GOVERNO ESTÁ A ACABAR COM A CLASSE MÉDIA



O Executivo anda a reboque dos bancos

PSD António Leitão Amaro considera que a alteração nos certificados de aforro “confirma que o Governo está a acabar com a classe média” e que o Executivo anda “a reboque” dos bancos.

“A decisão do Governo de desvalorizar os certificados de aforro confirma que o Governo está a acabar com a classe média em Portugal. Depois de a esmagar com impostos recorde, agora desvaloriza um dos principais instrumentos de poupança”, afirmou o social-democrata.

Na sexta-feira, o Governo aprovou a série F de certificados de aforro, com uma taxa base de 2,5%, disponível a partir de segunda-feira e que substitui a série E de certificados, que tinha muita procura e uma taxa até 3,5%.

De acordo com o diploma, os certificados de aforro vão também passar a poder ser subscritos nos balcões e nas redes digitais dos bancos, juntando-se aos CTT e Espaços do Cidadão na venda deste produto de poupança.

Para o vice-Presidente do PSD, o Ministério das Finanças faz estas alterações “a reboque do pedido dos bancos para desvalorizar os certificados de aforro e aliviando depressa demais a pressão concorrencial para que os bancos aumentem os juros e a remuneração nos seus próprios depósitos e instrumentos de poupança que oferecem aos clientes”.

A suspensão da série E, e a sua substituição pela nova série gerou várias críticas de toda a oposição.

JSD LANÇA PETIÇÃO PELA CRIAÇÃO DE PROGRAMA PARA APOIO DOS JOVENS À COMPRA DA PRIMEIRA CASA

A Juventude Social Democrata (JSD) lançou uma petição pela criação de um programa de apoio aos jovens para a compra da primeira casa, uma iniciativa na sequência do projeto-lei apresentado pelo PSD em discussão na especialidade.

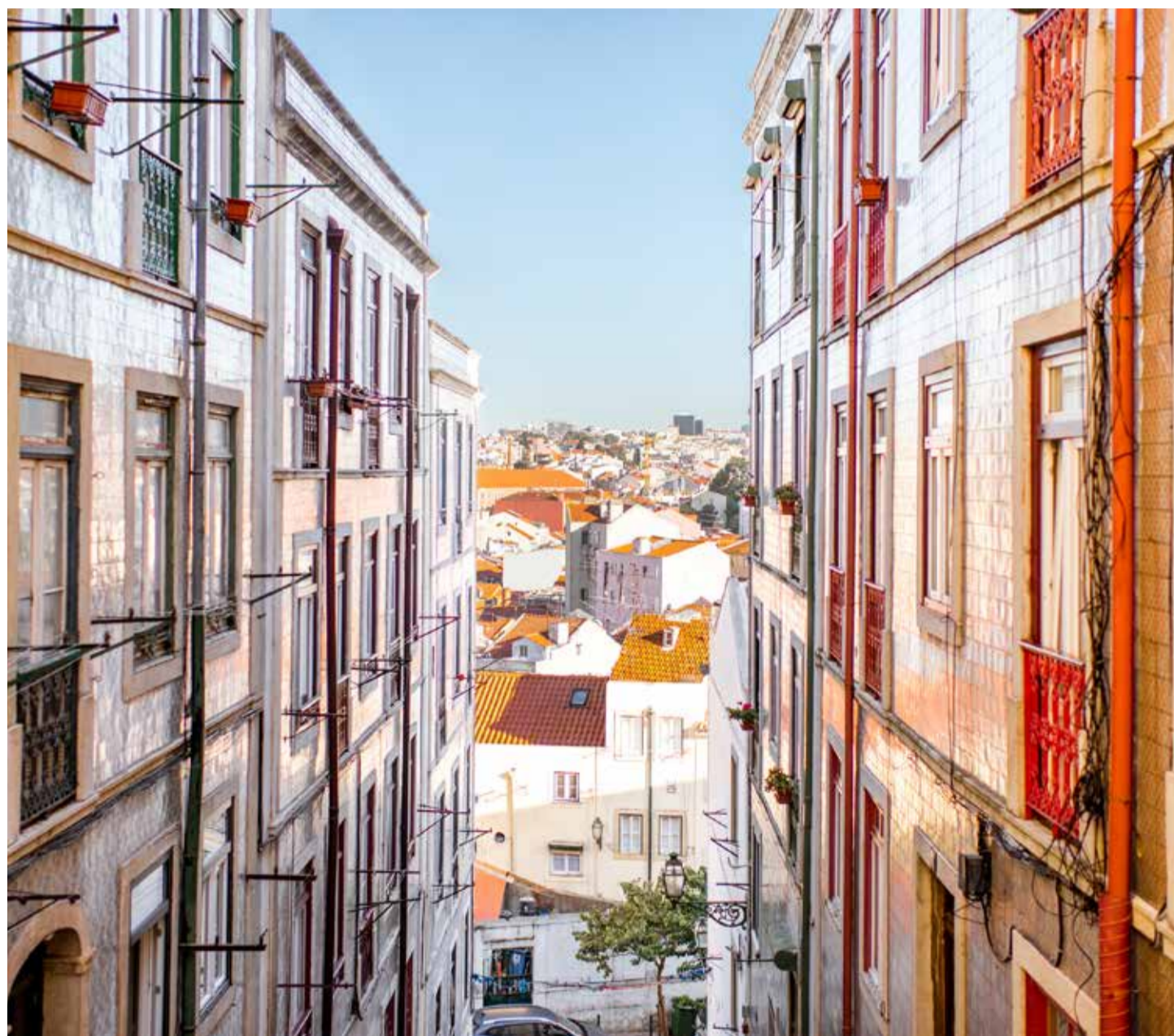
“Num contexto em que os jovens portugueses são os europeus que, em média, mais tarde saem da casa dos pais – aos 33,6 anos (contra 26,5 anos na UE) – a petição procura instar a Assembleia da República a aprovar um programa que ajude os jovens a ultrapassar a barreira da entrada nos créditos à habitação, quer ao nível do financiamento bancário, quer ao nível dos impostos pagos no momento da compra (IMT e Imposto do Selo)”, refere-se em comunicado.

A petição tem como primeiro subscritor o secretário-geral da JSD, João Pedro Louro, e conta, ao final da tarde de hoje, com 270 assinaturas.

Em março, o PSD apresentou um conjunto de dez diplomas na área da habitação – todos viabilizados na votação na generalidade – e que incluem uma proposta da JSD para que o Estado possa dar uma garantia pública que substitua a ‘entrada’ na compra de casa para jovens até 35 anos, até um máximo de 10% do valor do imóvel (que não pode exceder os 250 mil euros).

Esta petição, justifica a JSD, surge com o “objetivo de dar mais atenção para o tema dramático do acesso à habitação por parte dos jovens e que se possam avançar com novas soluções no Parlamento que ajudem a resolver este problema”.

Na petição, a JSD considera que “está criada a tempestade perfeita para que os jovens não consigam dar o passo em frente na transição



para a vida adulta – a saída da casa dos pais”.

“Esta situação tem empurrado os jovens para um dilema: ou continuam na casa dos pais ou emigram. Muitos têm optado pela segunda hipótese, sendo que um em cada cinco jovens vivem atualmente fora do país”, aponta esta estrutura.

No texto, a petição insta a Assembleia da República “a legislar no sentido da criação de um programa de promoção da habitação jovem que auxilie as novas gerações na aquisição da primeira casa, nomeadamente através de um instrumento que permita ultrapassar a supra-mencionada barreira da entrada

nos créditos à habitação, quer ao nível do financiamento bancário, quer ao nível dos impostos pagos no momento da compra”.

As petições com mais de 7.500 assinaturas são discutidas em plenário e a audição dos peticionários em comissão é obrigatória desde que seja subscrita por mais de mil cidadãos.

PSD QUER SABER SE ANTÓNIO COSTA AUTORIZOU INTERVENÇÃO DO SIS



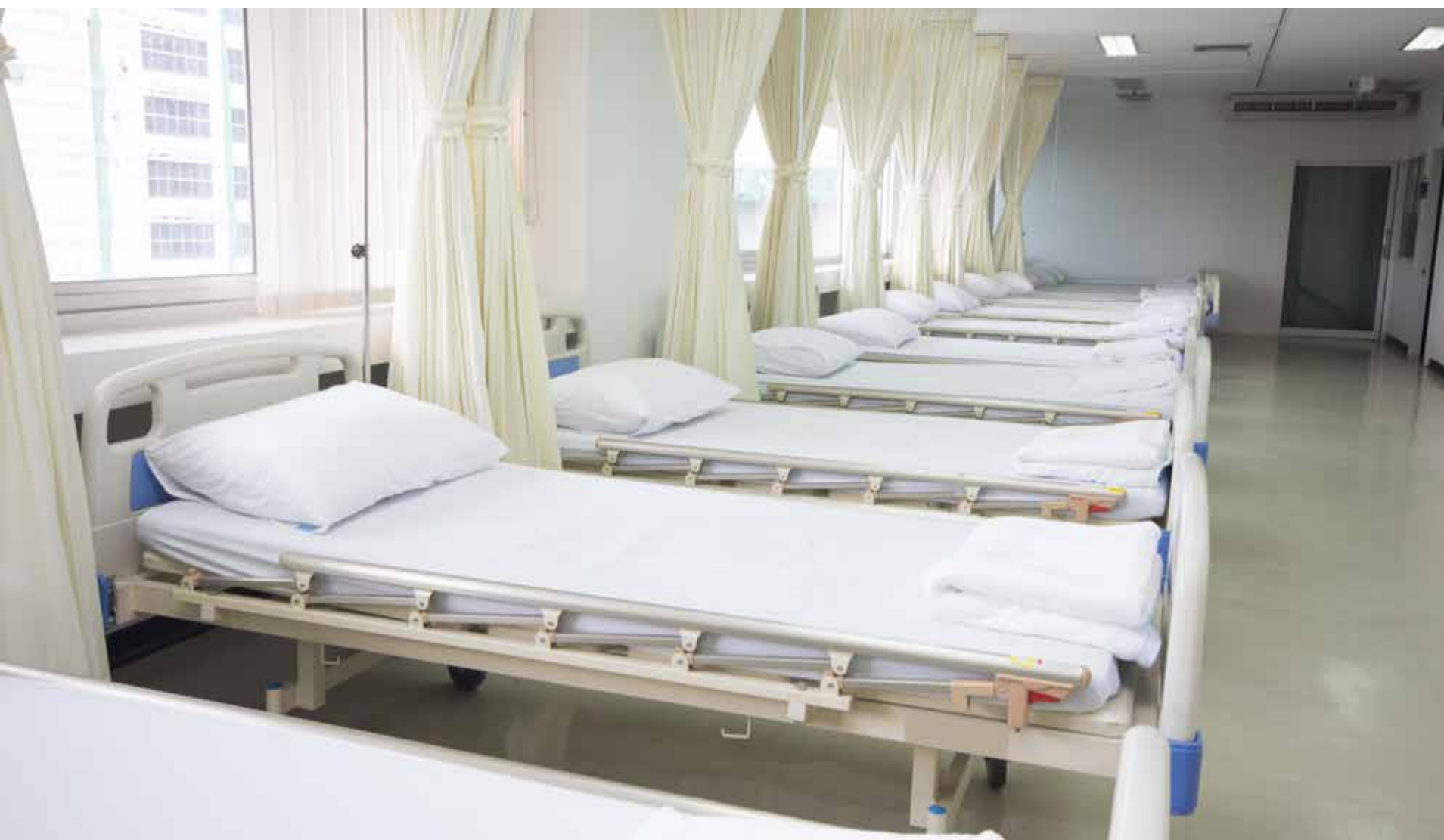
O PSD entregou no dia 31 de maio, na Assembleia da República, quinze perguntas dirigidas a António Costa sobre a atuação dos serviços secretos no caso da recuperação do portátil no Ministério das Infraestruturas, tutelado por João Galamba.

Em conferência de imprensa, na Assembleia da República, o presidente do Grupo Parlamentar do PSD, Joaquim Miranda Sarmiento, defendeu que o “Primeiro-Ministro tem de dar explicações ao País” sobre a controversa intervenção dos serviços secretos.

“Não é possível que os serviços de informação possam atuar de uma forma que não seja legal e de uma forma que não seja transparente”, argumentou Joaquim Miranda Sarmiento.

O Primeiro-Ministro tem, agora, trinta dias para responder às questões do PSD.

PSD QUER OUVIR DIRETOR EXECUTIVO DO SNS



O Grupo Parlamentar do PSD quer ouvir o diretor executivo do Serviço Nacional de Saúde e a Associação Portuguesa de Administradores Hospitalares (APAH) sobre o aumento dos internamentos sociais.

O objetivo, explicam os sociais-democratas no requerimento, é “obter informação mais detalhada sobre o 7.º Barómetro de Internamentos Sociais”.

Segundo este relatório, um total de 1.675 camas dos hospitais públicos estavam, em março, ocupadas por pessoas internadas apenas por razões sociais, um aumento de 60% dos internamentos inapropriados que este ano pode ter um impacto financeiro para o Estado de 226 milhões de euros.

“O PSD está profundamente preocu-

pado com esta realidade que, apesar de deplorável e desumana para milhares de doentes – em particular os mais idosos e fragilizados –, revela bem a incapacidade do Governo em delinear e executar uma estratégia consistente que resolva ou, pelo menos, diminua estruturalmente este gravíssimo problema social”, criticam os deputados sociais-democratas.

O PSD refere que o número de pessoas nesta situação em 2022, 1.048, já representava um aumento de 23% relativamente às 853 que, segundo a APAH, permaneciam inapropriadamente internadas no ano de 2021.

“Significa isto que, entre 2021 e 2023, o número de pessoas inapropriadamente internadas nos hospitais do SNS quase duplicou”, salientam.

Por outro lado, os deputados do PSD consideram que os dados agora divulgados contradizem “frontalmente a informação do Ministério da Saúde segundo a qual, no final de janeiro de 2023, se encontrariam inapropriadamente internadas 665 nos hospitais do SNS, ou seja, menos cerca de mil do que apenas dois meses depois, segundo os números agora revelados pela APAH”.

Por estas razões, o Grupo Parlamentar social-democrata requereu a audição da Associação Portuguesa de Administradores Hospitalares e do diretor executivo do SNS, Fernando Araújo, “com vista a permitir avaliar a execução das medidas de redução dos denominados ‘internamentos sociais’ nos hospitais do Serviço Nacional de Saúde”.



1.675 camas dos hospitais públicos estavam ocupadas com doentes por razões sociais em março

PSD DE SANTA COMBA DÃO REPUDIA “ENCERRAMENTO” DE URGÊNCIAS PEDIÁTRICAS EM VISEU

A Câmara Municipal de Santa Comba Dão aprovou, por unanimidade, uma moção do PSD de repúdio pelo “possível encerramento noturno” do serviço de urgências pediátricas do Centro Hospitalar Tondela-Viseu (CHTV).

Segundo o Presidente da Comissão Política de Secção do PSD de Santa Comba Dão, António José Correia, apresentação da moção teve por base “notícias que têm circulado nos meios de comunicação social” sobre um possível encerramento das Urgências Pediátricas do Centro Hospitalar Tondela-Viseu.

“São vários os pontos elencados nesta moção de repúdio que esta comissão política subscreve na íntegra, como o facto deste encerramento estar previsto aos fins de semana e durante o período noturno”, o que obriga “que crianças e pais se desloquem a Coimbra e façam dezenas de quilómetros para serem atendidos.

Apelou, por isso, ao conselho de administração do CHTV para que “encontre uma solução urgente que evite” o encerramento.

A moção diz que “o Estado deve ser o garante da resposta em termos de doença aos seus cidadãos” e “que

essa resposta deve ser assegurada, com recursos próprios ou de terceiros, 24 horas por dia, 365 dias por ano”.

Realça também que “os serviços de urgências devem ser expoente máximo dessa resposta, atuando com prontidão e rapidez necessárias” e que “o serviço de Urgências Pediátrico, em particular, pela sua sensibilidade específica, deve ser o exemplo máximo dessa prontidão e rapidez”.

A moção apresentada pela oposição social-democrata foi aprovada por unanimidade na reunião da Câmara que é liderada pelo socialista Leonel Gouveia.



AVEIRO AVANÇA COM RECOLHA DE BIORRESÍDUOS EM RESTAURANTES E CANTINAS



A Câmara Municipal de Aveiro lançou a recolha seletiva de biorresíduos em restaurantes e cantinas aderentes, a quem distribuiu contentores específicos.

O objetivo é reduzir as entregas indiferenciadas ao aterro, cuja capacidade deverá ficar esgotada nos próximos anos, perspetivando vir a universalizar a recolha seletiva de biorresíduos também junto dos particulares.

Para já o serviço é destinado ao canal HORECA (Hotéis, Restaurantes e Cafés) e envolveu a aquisição de uma viatura específica que, diariamente, entre terça-feira e domingo e das 05h00 às 11h00, vai percorrer três circuitos para fazer a recolha dos contentores, que quantificam o volume produzido.

O projeto, que envolveu um investimento de cerca de 400 mil euros, arrancou com uma centena de estabelecimentos aderentes, mas o objetivo é chegar aos 600, com a finalidade de retirar dos indiferenciados cerca de três mil toneladas de resíduos orgânicos, que serão transformados em composto para fins agrícolas.

“Quisemos começar pelos maiores produtores e é por essa razão que se inicia no centro, mas, depois de serem criadas rotinas, pretendemos alargar, sendo a adesão voluntária e contando que o exemplo seja seguido”, afirmou o Presidente da Câmara de Aveiro, Ribau Esteves, na apresentação.

A razão para a Freguesia de São Jacinto ficar de fora “deve-se à falta de densidade populacional que o justifique”, estando para aí previsto um outro sistema, de distribuição porta a porta de compostores.

Ribau Esteves espera que o projeto contribua para a redução dos resíduos em aterro, cujos custos dispararam, já que a taxa de gestão de resíduos duplicou e houve um agravamento do tarifário da empresa ERSUC (Resíduos Sólidos do Centro), que gere a central de tratamento mecânico e biológico de Eirol/Mamodeiro.

O Presidente da Câmara adianta que esse aumento acaba por se repercutir no cidadão e avisa que no próximo ano a taxa de Resíduos Sólidos Urbanos no município vai ter um agravamento, ainda que compensado pela baixa do IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis), pelo que é decisivo que as pessoas produzam menos lixo.

Aveiro produz anualmente cerca de 365 mil toneladas de resíduos sólidos urbanos e não está disposta a continuar a servir de depósito para os outros municípios da região, segundo Ribau Esteves, que diz não ser uma atitude egoísta, na medida em que foi prolongado o prazo em Aveiro, e é chegada a vez de outros municípios receberem o aterro.

CÂMARA DE LISBOA PRETENDE CONSTRUIR 2.400 FOGOS NO VALE DE SANTO ANTÓNIO

A Câmara de Lisboa aprovou o reinício do processo de alteração do Plano de Urbanização do Vale de Santo António, onde prevê a construção de “cerca de 2.400 fogos” para disponibilizar em programas de arrendamento acessível.

“Esta é uma oportunidade única de termos habitação acessível”, afirmou a vereadora do Urbanismo, Joana Almeida, na apresentação da proposta para retomar o processo de alteração do Plano de Urbanização do Vale de Santo António.

Na reunião pública do executivo camarário, Joana Almeida destacou a potencialidade do Vale de Santo António, nas freguesias de Penha de França, Beato e São Vicente, porque se trata de uma área total de aproximadamente 50 hectares, em que 94% do terreno é propriedade municipal, indicando que o plano de urbanização está em vigor desde 2012.

A aprovação da reativação do procedimento de alteração do Plano de Urbanização do Vale de Santo António (PUVSA) “é um momento determinante para fazer avançar um processo que tinha sido iniciado em 2017 com a aprovação dos Termos de Referência para a alteração do PUVSA, devido à necessidade de rever algumas das opções de planeamento assumidas no plano em vigor desde 2011”, informou a câmara, em comunicado.

A proposta aprovada do PUVSA, que será agora remetida à CCDR-LVT, reforça as intenções presentes nos Termos de Referência, em que se destacam a promoção do arrendamento acessível, a criação de um parque urbano de grande dimensão e a modelação do Vale de Santo António para remover o efeito de barreira entre as duas encostas.

Outros dos objetivos são “a implementação de um conceito de mobilidade mais sustentável e unificador, a criação de funções urbanas comple-

mentares no Vale, a compatibilização com o tecido urbano existente, e a garantia de um sistema de vistas com novos miradouros e excelente relação com o rio Tejo”.

“Tendo em conta que este território, com cerca de 50 hectares, é quase totalmente propriedade do município, o PUVSA terá um papel determinante na política municipal de habitação”, referiu a câmara, indicando que a proposta de alteração ao plano tem um grande foco na criação de espaços habitacionais de qualidade, em que se prevê a “concretização de cerca de 2.400 fogos”.

A área de intervenção do Vale de Santo António liga o rio Tejo à Penha de França, estando o seu limite Sul a menos de 15 minutos a pé da Estação de Comboio e Metro de Santa Apolónia (linha Azul). Trata-se da maior operação de requalificação urbana da cidade de Lisboa, depois da Expo 98 e da Alta de Lisboa, a uma

distância de cerca de 2 mil metros do Castelo de São Jorge. Esta área esteve inicialmente prevista para o desenvolvimento de habitação para o segmento de procura com maior poder de compra, explorando as enormes potencialidades de vistas panorâmicas para o Rio Tejo e a proximidade ao centro histórico de Lisboa. As transformações que aqui se irão desenvolver têm como objetivo oferecer a melhor qualidade urbanística às famílias de classe média, com preços acessíveis e com elevado nível de oferta de espaços públicos, um parque urbano, comércio, serviços, equipamentos para a infância e de educação, desporto e cultura. Será seguramente um dos melhores bairros para se viver em Lisboa. Este território é abrangido pelas freguesias de Penha de França, Beato e São Vicente, entre a Avenida General Roçadas, o Alto de S. João e o Rio Tejo.



Esta é uma oportunidade única de termos habitação acessível em Lisboa



PSD DO ALGARVE DENUNCIA ENCERRAMENTO DE PEDIATRIA EM PORTIMÃO



Os serviços de maternidade, urgência e internamento pediátrico do Hospital de Portimão foram encerrados na quinta-feira, não havendo data para a sua reabertura, tendo os doentes internados sido transferidos para Faro.

“Devido ao facto de não haver pediatra escalado no Serviço de Pediatria [...], a partir das 09h00 de 01/06 não poderá ser dado apoio ao Bloco de Partos/Serviço de Urgência/Internamento Pediatria/Neonatologia e Berçário”, lê-se numa circular do Centro Hospitalar Universitário do Algarve (CHUA) a que a Lusa teve acesso.

De acordo com o documento, devido à ausência do médico especialista em Pediatria, na unidade de Portimão, o atendimento será realizado por médicos não especializados e o atendimento por médicos especialistas está assegurado pelo Serviço de Urgência Pediátrica de Faro.

“Face ao exposto será necessário proceder-se à transferência dos doentes que não possam ter alta, a partir das 09h00 do dia 01/06, progressivamente”, para Faro, conclui a circular.

O PSD denunciou “a gravíssima decisão de encerramento [...], sem que haja qualquer data prevista para a sua reabertura”.

“Esta é uma decisão inaceitável, é o SNS [Serviço Nacional de Saúde] a bater em retirada do barlavento algarvio: as grávidas vão dar à luz, nalguns casos, a mais de 100 quilómetros, qualquer episódio de urgência ou internamento de todas as crianças e jovens até aos 18 anos passará a ter lugar em Faro”, afirmou Cristóvão Norte, presidente do PSD Algarve, citado na nota.

Segundo a secção regional deste partido político, vai ter lugar “ainda hoje” uma “reunião de urgência” entre o diretor executivo SNS, Fernando Araújo, e responsáveis do Centro Hospitalar do Algarve.

“Não havendo prazo para a reabertura, tememos que se trate de um encerramento definitivo que ainda não há coragem de assumir publicamente”, afirmou Cristóvão Norte, que apelou ainda ao ministro da Saúde e ao diretor executivo do SNS “que travem esta decisão profundamente lesiva da oferta assistencial da região.”

EXECUTIVO MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO É INEFICAZ NA ATRAÇÃO DE INVESTIMENTO



O PSD de Castelo Branco acusa o Presidente da Câmara Municipal de “ausência de inteligência política” e de “inoperância e incapacidade” na atração de um investimento privado na área da saúde para a capital de distrito.

“É já do conhecimento público que o avultado capital privado de investimento na área da saúde não vai ficar na capital de distrito [Castelo Branco]. Esta fatalidade tem a sua causa na total falta de competência e visão deste executivo camarário, pois é ele que gere o nosso destino coletivo e tem como principal missão zelar por ele”, referiu, em comunicado, a Comissão Política de Secção do PSD de Castelo Branco.

Segundo os sociais-democratas, em causa estão declarações feitas

por Leopoldo Rodrigues (PS) em reunião privada do executivo municipal sobre o próximo orçamento municipal, de que “existiam fortes contactos no sentido de garantir uma unidade de saúde de cariz privado para a cidade [Castelo Branco]”.

“A Comissão Política de Secção do PSD de Castelo Branco pede um esclarecimento cabal acerca deste assunto ao presidente da Câmara Municipal, pois sente-se enganado por este (...)”, lê-se na nota.

Adiantaram ainda que, em maio, também numa reunião camarária, o PSD através do seu vereador questionou Leopoldo Rodrigues acerca desta temática e que o autarca referiu que “houve e há contactos com grupos privados a operar na área da

saúde no país, pelo que se espera que possa haver desenvolvimentos”.

A estrutura liderada por Pedro Lopes acusou o executivo socialista de “pouco ou nada” ter feito “para negociar com sucesso a concretização um projeto desta envergadura e impacto para Castelo Branco, resultando assim na fuga de milhões de euros em investimento financeiro e em dezenas de postos de trabalho diretos e indiretos perdidos para o concelho da Covilhã”.

“Na verdade, a total ausência de inteligência política, de rumo e clareza deste executivo, fez com que o porta-voz de todos os albi-castrenses, ou seja o seu presidente, Leopoldo Rodrigues, revelasse a sua total inoperância e incapacida-

de na atração e fixação de um equipamento desta importância para a cidade de Castelo Branco”, sustentaram.

Os sociais-democratas condenaram o modelo de governação da autarquia e disseram que este “é revelador do laxismo e inércia que são seguramente a palavra de ordem dentro da Câmara Municipal”.

Exigiram ainda dos responsáveis políticos que lideram o executivo municipal “que sejam muito mais diligentes, estratégicas e capazes de fixar investimento reprodutivo, sob pena de se ter que procurar noutra local aquilo que se podia ter na cidade”.

GRACIOSA ESTÁ A RECUPERAR DOS ATRASOS ESTRUTURAIS



O Grupo Parlamentar do PSD dos Açores enalteceu, dia 6, a forma como a ilha Graciosa “está a recuperar dos atrasos estruturais deixados pelos socialistas, que parecem ter esquecido as suas responsabilidades e falhanços, em mais de duas décadas de governação”.

Para João Bruto da Costa, deputado eleito pela Graciosa e líder da bancada parlamentar social-democrata, “é lamentável que o PS esqueça as suas responsabilidades nos assuntos em que deixou a Graciosa a definhar, como reconhecem”.

“Só que agora quem está a definhar é o Partido Socialista, também na Graciosa”, disse o parlamentar, lembrando que a ilha “está a recuperar dos atrasos estruturais deixados pelo PS, dos inúmeros problemas por resolver nos transportes, no turismo, e em investimentos e manutenção de equipamentos há muito abandonados pelos socialistas”.

Bruto da Costa recorda que, “na questão da Aerogare, diz o PS que deixou a obra pronta, quando foram lançados dois concursos antes da pandemia, ambos desertos. Coube sim ao atual governo assumir a necessidade de aumentar

consideravelmente o investimento para que uma obra, prometida ainda antes do incêndio de 2020, se tornasse finalmente uma realidade em execução”, afirmou.

Quanto às Termas do Carapacho, “é preciso o PS não ter mesmo memória, quando esquece o mal que já fizeram às Termas e à oferta termal na Graciosa, com obras mal executadas e equipamentos inadequados, que foram diretamente para o lixo após alguns meses de uso”, disse o social-democrata.

“O PS também esquece que deixou as Termas a necessitar de obras, que já foram executadas, e que vai ser lançado em breve o concurso para a sua exploração. Sim, um concurso, coisa que o PS não fazia, e que permitirá oferecer valências que são únicas nos Açores e diferenciadoras para o turismo na ilha Graciosa”, explicou João Bruto da Costa.

Acresce que também está em estudo “a requalificação de toda a zona envolvente às Termas, numa oferta na área da saúde e bem-estar, para que aquilo que o PS andou décadas a adiar aos graciosenses tenha execução com o atual governo de coligação”, acrescentou.

“E o Partido Socialista mente quando fala de mobilidade aérea”, disse também o líder parlamentar do PSD/Açores, frisando que, “em comparação com 2019, em 2023 prevê-se uma oferta de lugares em voos para a Graciosa superior em 20%, com mais de 68 mil lugares de oferta para viajar para esta ilha, sendo mais de 800% o aumento na oferta para São Miguel”.

“São 25 voos semanais na época alta, com melhores horários, melhores ligações, mais mobilidade. Na Graciosa, o PS tem de acordar do pesadelo em que ficou atormentado desde 2020, e parar de tentar enganar as pessoas”, criticou.

“Querem voltar ao passado, dizem os socialistas, mas esse era o passado em que pagávamos mais de 150 a 200 euros para ir a São Miguel. Não queremos voltar a esse passado”, reforçou o deputado.

“Quando o PS vem à Graciosa fazer jornadas sobre turismo e transportes deve valorizar-se o seu contributo para o turismo na deslocação e estadia na ilha que foi dentro da estada média”, considerou Bruto da Costa, “mas sobre transportes, o PS nem devia abrir a boca do quanto deixou a Graciosa ficar sempre para trás em todas as opções. Nós temos memória”, concluiu.

GOVERNO DOS AÇORES ESTÁ A VALORIZAR O ENSINO

A deputada do PSD/Açores Délia Melo destacou “um conjunto de medidas levadas a cabo pelo Governo de Coligação que, em menos de três anos, tem apresentado um trabalho que permitirá reverter os resultados menos abonatórios herdados na educação”.

A parlamentar social-democrata falava aos jornalistas no final de uma visita à Escola Básica Integrada dos Ginetes, concelho de Ponta Delgada, dia 31 de maio, acompanhada dos deputados Joaquim Machado e Nídia Inácio, que serviu para proceder a um balanço do ano letivo que agora finda e compreender como se está a preparar para 2023-2024.

Délia Melo saudou o Governo da Coligação (PSD, CDS-PP e PPM) “pela forma como ultrapassou questões que foram surgindo ao longo do

ano, de forma articulada, em proximidade com as escolas, promovendo uma maior estabilidade do corpo docente”, aspeto que considera “fundamental para garantir a qualidade do ensino”.

“O Governo de Coligação aposta nas pessoas e é por isso que, nos últimos três anos, entraram para os quadros da Região cerca de 580 docentes, um número sem precedentes”, afirmou a deputada do PSD dos Açores.

A deputada lembrou também o trabalho desenvolvido pelo Governo Regional na “redução do número de alunos por turma, que passou de 23 para 18, no ensino básico, o que permitiu um trabalho de maior proximidade”.

Segundo a parlamentar, “o ano letivo

2023-2024 tem tudo para correr bem, porque há uma efetiva aposta na Educação, o que se verifica nas inúmeras alterações aprovadas em documentos basilares que terão efeitos práticos a partir de setembro”.

Nesse sentido, elencou algumas das novidades, tais como “a igualdade de horário e de reduções para os educadores e professores de todos os ciclos e níveis de ensino, uma reivindicação de há mais de 15 anos, sempre recusada pelo PS”.

A deputada sublinhou, também, “a equiparação do pessoal docente à restante administração pública quanto a faltas, licenças e dispensas, acabando com as normas reductoras deixadas pela governação socialista, a par da recuperação do tempo de serviço perdido entre car-

reiras, sonogado pelo PS”.

As alterações legislativas permitiram igualmente a “reintrodução do modelo de estágio pedagógico com formação em contexto de trabalho de lecionação e remunerado, que foi extinto pelo Partido Socialista”, assinalou Délia Melo.

Para a parlamentar social-democrata, “estão agora reunidas as condições para dignificar os profissionais de educação que foram altamente desvalorizados no passado pelos sucessivos governos socialistas”.

“Em menos de três anos, o Governo de Coligação tem apresentado medidas direcionadas a todos os que exercem um papel imprescindível no ensino, desde alunos, professores e pessoal de ação educativa a encarregados de educação”, finalizou.



GOVERNO DOS AÇORES PREVÊ CRIAR CENTRO TECNOLÓGICO DE APOIO AO ARTESANATO

O Governo Regional dos Açores vai criar um Centro Tecnológico de Apoio ao Artesanato para apoiar investigação, formação e desenvolvimento de ideias e projetos de empreendedorismo no setor.

“O Centro Tecnológico de Apoio ao Artesanato será um espaço para o usufruto de equipamentos e de um vasto espólio, numa lógica de incentivo à investigação técnica e científica, à experimentação e ao conhecimento das técnicas ancestrais que tendem a desaparecer, contribuindo para a formação de uma mentalidade empreendedora entre jovens e adultos”, afirmou a secretária regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego, Maria João Carreiro, citada numa nota divulgada no portal do executivo açoriano.

A governante, que participou, na sexta-feira, na sessão de abertura do fórum “Artes e Ofícios – Pensar o Fazer”, em Ponta Delgada, disse que o novo centro deverá entrar em funcionamento “no início do próximo ano”, em Ponta Delgada, na ilha de São Miguel.

“Surge num contexto de crescimento e de afirmação do artesanato dos Açores, bem como da necessidade de criar um espaço de conhecimento e experimentação aberto aos artesãos e ao público em geral”, explicou.

Segundo Maria João Carreiro, o número de artesãos inscritos e com carta de arteção nos Açores aumentou de 537, em 2020, para 622, em 2023.

“Este é um setor dinâmico, que se está a renovar e a atrair novo talento”, sublinhou.

Também o número de unidades produtivas artesanais (UPA) au-



mentou de 482, em 2020, para 567, em 2023.

“Este ano atingimos as 189 UPA com selo de certificação ‘Artesanato dos Açores’, o que expressa bem o compromisso dos nossos artesãos com os padrões de qualidade e produção das suas criações que distinguem e diferenciam o artesanato dos Açores”, frisou a titular da pasta do Emprego.

Desde 2021 foram aprovadas no

âmbito do Sistema de Incentivos ao Desenvolvimento do Artesanato (SIDART) candidaturas no valor total de mais de 600 mil euros, de acordo com Maria João Carreiro.

O fórum “Artes e Ofícios – Pensar o Fazer”, que “não se realizava há mais de 15 anos nos Açores”, juntou em Ponta Delgada artesãos, profissionais e investigadores do artesanato, das indústrias criativas, da moda e do design “para debater

a viabilidade das artes e ofícios na região” e “pensar a sustentabilidade económica, social e ambiental como uma componente integrante do ciclo de vida do produto artesanal”. Com curadoria de Álbio Nascimento e Kathi Stertzig, da Origem Comum, o fórum, que termina hoje, foi organizado no âmbito do projeto Hands on Azores, desenvolvido no contexto do Modamac, cofinanciado pelo programa Interreg.

CÂMARA DE LOBOS TERÁ LIGAÇÃO ENTRE O CURRAL DAS FREIRAS E O JARDIM DA SERRA EM 2024



Miguel Albuquerque anunciou o lançamento de uma nova ligação no concelho de Câmara de Lobos, em 2024.

Miguel Albuquerque falava na inauguração do caminho agrícola da Terra-chã, na freguesia do Curral das Freiras, um investimento do município câmara-lobense na ordem dos 670 mil euros, com uma extensão de 250 metros que beneficia cerca de 200 pessoas que tinham de percorrer uma vereda íngreme em escadaria com mais de 1.000 degraus para aceder às habitações.

“No próximo ano vamos apresentar o estudo da ligação entre o Curral das Freiras e o Jardim da Serra, uma obra muito importante para a freguesia e para a Madeira porque o Curral é dos locais mais visitados”,

disse o chefe do executivo madeirense.

O governante salientou que a ideia é concretizar uma circunvalação no Curral das Freiras, uma “saída alternativa que tem um potencial de oferta para a mobilidade da população residente e também para o turismo”

Albuquerque complementou que o objetivo é ter o estudo deste projeto, que já está em fase de elaboração, concretizado em 2024, destacando a sua complexidade por ser uma ligação em túnel, uma obra a enquadrar nos fundos comunitários de apoio”.

“Assumindo que vou ser reeleito. Se não for, os compromissos não posso cumprir”, complementou.

As eleições legislativas regionais

na Madeira ainda não estão marcadas, estando agendadas as audições dos diferentes partidos com o Presidente da República para 21 de junho, admitindo-se que o ato eleitoral decorra no último domingo de setembro ou primeiro de outubro.

Miguel Albuquerque volta a ser o cabeça de lista da coligação PSD/CDS, um projeto político que é governo na Região Autónoma da Madeira há quatro anos.

No discurso da inauguração do novo caminho agrícola, o líder do Governo Regional afirmou que a verdadeira mudança ocorrida na Madeira nas últimas décadas aconteceu com a criação de “uma sociedade descomplexada, com igualdade social” neste arquipélago que tem um passado “trágico de analfabetismo, pobreza, atraso, doença e

dificuldades da maioria do povo”.

Por seu turno, o município de Câmara de Lobos na informação distribuída salienta que esta obra vem melhorar a qualidade de vida da população residente da Terra Chã, caso dos mais idosos que, devido à íngreme escadaria, muitas vezes ficava retida em casa, e o acesso dos meios de saúde e socorro.

“Esta obra vem comprovar, mais uma vez, que o investimento na construção de estradas só não faz sentido para quem já está servido e tem carro à porta”, diz o presidente da autarquia, o social-democrata Pedro Coelho, citado no documento.

Segundo o autarca, esta é “uma pequena obra que faz toda a diferença para as gentes desse sítio.”

Boas perspectivas para a melhoria das relações luso-angolanas

Nos últimos tempos têm sido dados passos significativos no caminho da melhoria das relações entre Portugal e Moçambique, para o que muito contribuiu a visita de Pinto Balsemão à cidade do Maputo, além de terem sido estabelecidos fortes laços de cooperação entre Portugal e outras antigas colónias portuguesas. Assim, talvez seja momento de equacionar novamente as perspectivas de cooperação entre Portugal e Angola. Como membro da Comissão de Relações Internacionais do nosso partido, responsável pelo pelouro dos países africanos, as respostas de Rui Castro Ferreira a um questionário de "Povo Livre":

"Povo Livre" — Quer começar por fazer o ponto da situação da cooperação luso-angolana?

Rui Castro Ferreira — Angola e Portugal têm procurado cooperar em vários domínios, dos quais o sector económico tem sido o mais notado.

Há de parte a parte vontades para que a cooperação seja mais intensa noutros domínios, nomeadamente a cultural e a política.

A situação na África Austral, relacionada com a independência da Namíbia, para além de graves problemas que atravessa Angola, emergentes das lutas partidárias internas, que são normais para qualquer país que acedeu à independência há tão pouco tempo, não têm permitido uma concretização de esforços de cooperação, para além das vontades que claramente existem.

"P.L." — Estará hoje Portugal tecnicamente e economicamente preparado para incrementar a cooperação com Angola?

R.C.F. — Tecnicamente e neste momento, Portugal oferece as melhores condições para cooperar com qualquer país africano. Economicamente, por razões de ordem internacional que não têm acentuado a situação do nosso país, permitimo-nos tentar acordos que nos sejam favoráveis e que não prejudiquem os interesses do nosso país.

Rep. F. da Alemanha, Brasil e Espanha.

Haveria de ordem pública a discussão de uma cooperação económica e política?

Rui Castro Ferreira — Naturalmente, mesmo que se tentasse, não se poderia fazer a presença em Angola, há a mínima possibilidade de se estabelecer um princípio unitário de soberania dos

países, sendo o nosso partido, até este momento, o partido não alinhado, o partido em qualquer

internacional e consequentemente um dos pilares da não ingerência nos assuntos internos de qualquer outro país, não vejo obstáculos de ordem cultural e social que dificultem uma maior cooperação entre os Estados desde que com o nosso aval. Politicamente e pelo exposto acima, que é apatário do nosso partido



No entanto devo lembrar que no domínio da agricultura, temos pessoal técnico especializado, para além de verdadeiros lavradores que labutaram o solo angolano através de gerações,

durante algumas centenas de anos.

Industrialmente, a nossa tecnologia de características acima da média, aliada à maneira de ser e de estar dos portugueses no mundo, poderia ter um papel de cooperação muito importante para os dois povos.

A indústria têxtil, de calçado, de matérias plásticas, de cerâmicas, construção civil, de máquinas-ferramentas, de produtos alimentares, passando pela indústria naval e de pescas, de transportes e pela metalomecânica, podem e devem contribuir cooperando para o engrandecimento dos dois países.

"P.L." — Considera que os instrumentos jurídicos angolanos actuais já facilitam as relações mútuas, ou ainda se mantém a situação — que criticou num depoimento publicado no "Diário de Notícias" em Agosto de 1979 — de dificuldade criada pelo código de investimento estrangeiro angolano?

R.C.F. — Remeteria a sua pergunta para a Secretaria de Estado da Cooperação, já que em 1982 as condições são bastante diferentes das de Agosto de 1979, e também porque não deve ser um simples militante do partido a dar-lhe uma resposta de assuntos que respeitam a negociações entre Estados.

Comunicado do Ministério dos Negócios Estrangeiros

O Governo português não pode deixar de manifestar o seu repúdio pela agressão militar de que o território angolano está a ser vítima por parte das Forças Armadas Sul-Africanas.

Portugal tem sempre condenado o uso da violência, seja qual for a sua origem e quanto a este caso julga imperioso condenar acções que constituem uma clara violação da lei internacional, se traduzem num grave atentado contra a soberania de um estado vizinho e prejudicam seriamente os esforços que se tem vindo a desenvolver com o objectivo de alcançar uma paz duradoura na África Austral.

Num momento especialmente delicado das negociações para a solução do problema da Namíbia, todas as partes interessadas se deverão abster de acções que, como as que estão em causa, possam pôr em perigo aquela solução.

desde o tempo de F. Sá Carneiro, e pelo nosso lado, algumas e boas relações se podem constituir, tendo sempre em conta o respeito mútuo, independentemente de ideologias, que por vezes, e quase sempre, são mais flexíveis que a própria cultura e maneira de ser dos povos respectivos.

Podemos no entanto dizer que há nitidas melhorias desde que uma delegação do PSD, chefiada por Luís Fontoura, da qual fiz parte, assinou acordos de cooperação partidária em Argel e na Praia, com a FLN e o PAICV.

"P.L." — Em que sectores ou domínios se deveria, no seu entender, incrementar as relações entre os dois países?

R.C.F. — É sempre difícil, e às vezes politicamente perigoso, afirmar ou sugerir domínios de incrementação de relações entre este ou aquele país. Penso que só Angola e os responsáveis do governo angolano, poderiam responder a essa pergunta.

FLAGRANTES

Os meios de comunicação social, a que alguns genericamente apelidam de "quarto poder", reagiram de forma insólita e desabusadamente aguerrida, contra a decisão do governo de extinguir a ANOP.

O governo tomara aquela decisão fundamentado em relatório, da respectiva administração, que dava conta dos prejuízos sofridos e da impossibilidade da sua manutenção salvo se lhe fosse injectado um largo subsídio que se cifrava em centenas de milhares de contos.

Para manter a ANOP, haveria que sacar do erário público uma larga fatia dos dinheiros que todos pagamos. Por isso o governo decidiu extinguir aquela empresa já que a sua sobrevivência acarretava um prejuízo anual de milhares de contos.

Tal atitude afigura-se-nos inteiramente correcta. Há que sanar, na medida do possível, os cancores que nos vão sorvendo, em haustos fundos, os nossos magros recursos.

Os responsáveis sabem que temos de pôr termo ao hábito crónico de viver acumulando défices, comendo do futuro. Quem não pode não deve aguentar... e o nosso orçamento não pode suportar tais gastos.

Para diminuirmos a imagem dum País pedinte, temos que cortar as despesas que se não situam na realização do essencial, já que, mesmo neste domínio sempre será impossível encontrar plena satisfação.

Quando as nossas receitas fiscais já não chegam para pagar a despesa com o pessoal e os juros da dívida, controlada, não se oferece outra alternativa, a um governo sério, que não seja o de cortar os anais por onde se encontram, sem grande proveito, os débeis recursos que possuímos.

Por isso há que moralizar a administração das empresas do Estado, vigiar o orçamento, controlar as despesas.

A austeridade de que tanto se fala, não pode colher-se como uma palmeira que perdeu sentido, mas sim como uma realidade que a todos respeita.

O governo decidiu e decidiu bem. Só que não deverá ficar por aí. Há outras empresas que, pelas mesmas razões, devem sofrer igual tratamento, o mesmo destino.

São abscessos instalados no nosso orçamento. Extripá-los é uma necessidade, é um imperativo, ditada pela inutilidade constante dos seus défices inveterados.

Além disso, no que respeita à ANOP, os serviços que prestava podem ser e serão prestados por outros que se não sentará à mesa do nosso orçamento.

O Estado sempre foi um mau gestor... Por isso aplaudimos, sem reserva, que o governo se liberte da gestão daquelas empresas e nos liberte de tais chagas, já que, no domínio da iniciativa privada ou coo-

perativo, elas ganharão o dinamismo e a rentabilidade que agora lhes falta.

Pôr-se-ia, apenas, e com legitimidade, o problema da manutenção dos postos de trabalho de quantos preenchem, no momento, os quadros das empresas a extinguir. Porém, assegurados estes não existem objecções sérias que enfraqueçam o valor da decisão tomada.

Neste linha de pensamento o governo tem de manter a coragem de acabar com aquelas, já que, assegurados os serviços que prestam, há que defender o erário do parasitarismo corrosivo das despesas supérfluas. Não estamos em tempo de "vacas gordas".

E, ainda que estivessemos, nada justificaria o sacrifício exigido para manter desejos que andam muito perto da natureza dos caprichos anódinos. De resto, sempre haveria contestatários, insatisfeitos, pois estes só deixariam de existir se os nossos recursos crescessem mais que os desejos...

Os dinheiros que todos pagamos têm de ter uma finalidade que sirva interesses mais essenciais: a saúde, a educação, a segurança social, a habitação, os transportes.

A magreza dos nossos recursos não permite a veleidade de cobrir os défices crescentes de empresas que se não situam nos quadros daquela essencialidade.

Por isso o governo fez bem em extinguir a ANOP. Deu prova da consciência que tem das suas obrigações e das possibilidades com que conta, se estas não chegam para tapar todos os buracos abandonem-se aqueles onde os investimentos, subsídios, comparticipações, desaparecem sem proveito.

Para estes as injeções financeiras só têm servido para criar o hábito parasitário de viverem à custa do Orçamento Geral do Estado, de formu cada vez mais funda.

O governo teve a coragem da decisão...

E os governantes? Como se comportaram!

Três Ministros, pelo menos, e dois secretários de Estado, por causa dela, ficaram sob a mira de acusações que os meios de comunicação social agregaram. Os primeiros foram acusados de não terem concordado, de não se solidarizarem com a decisão tomada. O acusador, "que bebe do fino" e tem especiais responsabilidades como dirigente político, não referiu os seus nomes. A denúncia, amputada dos nomes, põe em causa todos os ministros o que é profundamente lamentável? É que surrupiando os nossos todos ficam sob a alçada da suspeição.

Sabendo-se que o que se passa em Conselho de Ministros não deve ser trazido para o trabalho político, haveríamos de lamentar que houvessem

Continua na pág. 16

TABELA DE ASSINATURAS EM VIGOR DESDE 1 DE JANEIRO DE 1981		
PORTUGAL		
6 MESES (26 números)	400000	
1 ANO (52 números)	750000	
ILHAS		
6 MESES (26 números)	500000	
1 ANO (52 números)	1000000	
APOIO		
A partir de 1000000/ano		
VIA AÉREA — EMIGRANTES		
	Semestral	Anual
ESPAÑA	300000	600000
EUROPA, ANGOLA, MOÇAMBIQUE, GUINÉ, CABO VERDE		
S. TOMÉ, MACAU	500000	1000000
OUTROS PAÍSES	700000	1400000
NÃO-EMIGRANTES		
ESPAÑA	500000	1000000
EUROPA, ANGOLA, MOÇAMBIQUE, GUINÉ, CABO VERDE		
S. TOMÉ, MACAU	800000	1600000
OUTROS PAÍSES	1000000	2000000

LÊ, ASSINA E DIVULGA O "POVO LIVRE"

CONVOCATÓRIAS PSD



RECEÇÃO TERÇA-FEIRA ATÉ 12H00 | Fax: 213 973 168 | Email: convocatorias@psd.pt

DISTRITAIS

SETÚBAL

Nos termos dos Estatutos convoca-se a Assembleia Distrital de Setúbal para reunir no próximo dia 19 de junho de 2023, (Segunda-feira), pelas 21H15, no Cinema Charlot, sita na Rua Dr. António Manuel Gamito, 3, em Setúbal, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHO

Ponto Único: Análise da Situação Política, com a presença do Presidente do PSD, Luís Montenegro.

VIANA DO CASTELO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital do PSD de Viana do Castelo para uma reunião ordinária, no próximo dia 26 de junho (segunda-feira) de 2023, às 21H00, no Auditório Municipal – Casa

de Santo António do Buraquinho, sita na Rua José Lacerda, em Ponte da Barca, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

1. Apresentação, discussão e votação do Relatório de Contas de 2022;
2. Análise da situação política.

Nota: Se na hora designada não houver quórum dos membros, fica a mesma convocada para as 21H30.

SECÇÕES

OLIVEIRA DO BAIRRO

Ao abrigo dos Estatutos do Partido Social Democrata, convoca-se os militantes da Secção de Oliveira do Bairro para se reunirem, no próximo dia 23 de junho (sexta-feira) de 2023, a partir das 20H30, na Sede da MC Oiçelera (antiga Escola Primária de Oiã), sita na Rua Eng. Agnelo Prazeres, Oiã, com a seguinte.

ORDEM DE TRABALHOS

1. Análise da situação Política;
2. Discussão para antecipação das Eleições para os órgãos concelhios;
3. Outros assuntos.

PORTO

Ao abrigo dos Estatutos do PSD, convoca-se a Assembleia de Militantes da Secção do Porto, para reunir no próximo dia 14 de junho de 2023, (quarta-feira), pelas 21H00, na Sede da Junta de Freguesia de Ramalde, sita na Rua da Igreja de Ramalde 76, no Porto, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

- 1: Informações;
- 2: Análise da situação política.

III CONSELHO NACIONAL ORDINÁRIO DE 2023

Nos termos do disposto no artigo 20º dos Estatutos Nacionais do PSD, convoco o Conselho Nacional para uma reunião ordinária, no próximo dia 15 de Junho de 2023, (quinta-feira), às 21H00, no Sana Malhoa Hotel, sito na Avenida José Malhoa 8, em Lisboa, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

- Ponto 1 – Análise da situação política;
- Ponto 2 – Apresentação, discussão e votação do Relatório de Contas de 2022;
- Ponto 3 – Convocação e Aprovação do Regulamento do 41º Congresso Extraordinário.

Lisboa, 7 de Junho de 2023

CONVOCATÓRIAS JSD



RECEÇÃO SEGUNDA-FEIRA ATÉ 18H00 | Email: jsdnacional@gmail.com

CONSELHO DISTRITAL DE PORTALEGRE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos Regulamentos aplicáveis, convocam-se os membros do Conselho Distrital de Portalegre da JSD para reunirem no dia 08 de julho de 2023, às 15h00, em local a designar, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações;
- 2 – Eleição dos Representantes da JSD à Assembleia Distrital do PSD;
- 3 – Análise da Situação Política;
- 4 – Outros Assuntos.

Nota: As urnas estarão abertas entre as 15 horas e as 17 horas. As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Congresso Distrital, ou a quem estatutariamente o substitua, até às 23h59m do sétimo dia anterior ao ato eleitoral.

CANTANHEDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos Regulamentos aplicáveis, convoca-se os militantes da concelhia de Cantanhede para o Plenário extraordinário a realizar no dia 17 de junho de 2023, (sábado) na sede do PSD Cantanhede (Praça Marquês de Marialva, Edifício

Rossio – 2º andar – Sala 1, 3060/133 Cantanhede), pelas 16h:30 com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Análise da situação política;
- 2 – Alterações ao plano de atividades;
- 3 – Informações adicionais aos militantes.

CONSELHO DISTRITAL DE LISBOA AM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Conselho Distrital da JSD Lisboa AM, para reunir no próximo dia 17 de junho (sábado), pelas 14h30, no Palácio dos Marqueses da Praia e Monforte, Estrada Nacional 8, 2670-333 Loures, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações;
- 2 – Análise da Situação Política;
- 3 – Outros Assuntos.

MAFRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se os militantes desta Concelhia, para reunirem no dia 16 de junho de 2023, (sexta-feira), pelas 21:00H, no Terreiro D. João V, n.º 61, 2.º Andar, 2640-492 Mafra, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Habitação e IMT – Que futuro na Habita-

ção Jovem?

- 2 – Modernização Administrativa;
- 3 – Outros assuntos.

ESTA CONVOCATÓRIA PERTENCE AO POVO LIVRE ANTERIOR 31/05/23

SANTIAGO DO CACÉM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD convoco o Plenário concelhio da JSD de Santiago do Cacém para reunir no próximo dia 1 de julho 2023, domingo, pelas 16 horas, na sede do PSD de Santiago do Cacém, Largo Almeida Garret, 1, 7540 – 129 Santiago do Cacém, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Um: Eleição da Comissão Política de Secção da JSD Santiago do Cacém

Nota: As listas candidatas deverão ser entregues, ao Presidente da Mesa da JSD Distrital de Setúbal, ou a quem o substitua legalmente, até às 23h59 do sétimo dia anterior ao ato eleitoral, devidamente acompanhadas dos termos de aceitação de todos os candidatos e do termo de subscrição da lista.

As urnas estarão abertas das 16 horas às 18 horas.

VISEU

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamentos aplicáveis, convoca-se, Plenário Concelhio Ordinário da JSD de Viseu, para reunir no próximo dia 17 de junho de 2023 (sábado), pelas 14:30, na sede do PSD/JSD Viseu, sita na Rua Eng. Lino Moreira Rodrigues, Loja n.º 9 – Edifício Vasco da Gama, 3510-084 Viseu com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações;
- 2 – Análise da Situação Política Atual;
- 3 – Apresentação e apreciação do Plano de Atividades e Orçamento para 2023;
- 4 – Outros assuntos.

NESD FLUL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da Juventude Social Democrata e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se os militantes da Juventude Social Democrata inscritos na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, para o Plenário do Núcleo de Estudantes Social Democratas da referida instituição, para reunir no dia 22 de junho de 2023, das 16h às 18h, na Faculdade de Letras, Alameda da Universidade, 1600-214 Lisboa, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da Comissão Política e da Mesa do Plenário do NESD FLUL.

Nota: As listas candidatas deverão ser entregues ao Coordenador do Gabinete de Ensino Superior da Distrital de Lisboa, até às 23h59m do sétimo dia anterior ao ato eleitoral.